

CARTOGRAFANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: DE QUE DISPOSITIVOS DE ATENDIMENTOS DISPOMOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO?¹

Josiane Beltrame Milanesi – UFES²

josiane_milanesi@yahoo.com.br

Alexandro Braga Vieira – UFES³

allexbraga@hotmail.com

Denise Meyrelles de Jesus – UFES⁴

jesusdenise@hotmail.com

Resumo: Apresentamos, neste texto, como as políticas públicas educacionais do Espírito Santo vêm instituindo dispositivos para garantir aprendizagem a alunos que demandam apoios específicos em seu processo de escolarização. Buscamos cartografar movimentos, pelas vozes de profissionais em atuação nas Superintendências Regionais e Secretarias Municipais de Educação, escolas especializadas e de ensino comum. Percebe que há diferentes formas de atendimentos que perpassam desde a oferta de trabalhos em escolas especializadas até iniciativas voltadas para a inclusão nas escolas de ensino comum.

Palavras-chave: inclusão; políticas; dispositivos.

INTRODUÇÃO

Desde 2007, o grupo de pesquisa “Políticas de Inclusão Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas”, vinculado à linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas da Universidade Federal do Espírito Santo, vem desenvolvendo os estudos “*Políticas de Educação, Inclusão Escolar e Diversidade pelo olhar daqueles que as praticam: por diferentes trilhas*” e “*Políticas atuais para a formação de professores: impactos e perspectivas à educação inclusiva*”, respectivamente, coordenados pelas professoras Denise Meyrelles de Jesus e Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto. Pela via desses estudos, tivemos a oportunidade de conhecer os diferentes dispositivos de atendimento instituídos em favor do processo educacional de alunos com deficiência no Estado do Espírito Santo, que perpassam desde o atendimento em escolas especializadas até a inclusão nas escolas de ensino comum. Foi dialogando com profissionais da educação, em atuação no Sistema Estadual e Municipal de Ensino, bem como em instituições especializadas, que tivemos a oportunidade de cartografar esses dispositivos de apoio. Nesse sentido, procuramos, neste texto, apresentar o que esses profissionais nos disseram sobre quais tipos de dispositivos vêm sendo instituídos em seus municípios, visando a garantir que alunos com deficiência tenham, também, a oportunidade de aprender.

UM BREVE DIÁLOGO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL, ESCOLARIZAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR

[...] Toda criança, todo homem é educável [...] e a história da pedagogia, assim como das instituições escolares, nada mais é do que a implementação cada vez mais audaciosa dessa aposta: a escolha da educação contra a da exclusão [...].
(MEIRIEU, 2005, p. 43).

A epígrafe que abre este diálogo nos faz pensar na relevância que o aprendizado exerce no desenvolvimento humano. Somente quando nos conscientizamos de que podíamos e devíamos aprender é que passamos a nos humanizar. O aprendizado está presente em nossas vidas desde o momento em que nascemos até o momento em que morremos. Nossa sociedade nos imprime inúmeras necessidades de aprendizado. Aprendemos a andar, a falar, a ler, a escrever, a trabalhar, a constituir família, enfim, aprendemos a nos constituir gente. Esta mesma sociedade que nos coloca, cotidianamente, essas necessidades de aprendizado, constituiu um espaço conhecido por escola para que alguns conhecimentos nela fossem construídos. Como sabemos, pois a história nos conta, esse espaço nem sempre foi acessível a todos, pois, em diferentes espaços-tempos, grupos minoritários dela não podiam extrair conhecimentos, ficando excluídos.

Foi pela via de movimentos sociais que reconheceram a relevância que os conhecimentos construídos na escola exercem na constituição de uma sociedade mais justa e humanitária, que passamos a lutar para que estudar fosse um direito extensivo a todos, ou seja, mulheres, negros, jovens e adultos trabalhadores, crianças em situação de vulnerabilidade e, nos últimos tempos, sujeitos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial por deficiência, de ordem sensorial, física, psíquica ou intelectual.

Nesse movimento, vários dispositivos legais vêm sendo elaborados para que a escola seja espaço de aprendizado para todos os alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), ao tratar do processo de escolarização de pessoas com deficiência, sinaliza, em seu art. 58, que a Educação Especial necessita ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. A União das Nações Unidas (UNESCO) convoca as escolas de ensino comum a se transformarem em espaços inclusivos para que

crianças com e sem deficiências possam aprender juntas. Esses movimentos têm levado tanto a União, quanto Estados e Municípios a implementar políticas públicas que garantam o direito a pessoas com deficiência a aprender e estarem incluídas em nossa sociedade que se faz, a cada dia, mais globalizada, exigente e excludente.

Recentemente temos nos deparado com o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, organizado pelo Ministério da Educação, que endossa a necessária implementação de políticas públicas para que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham garantido o acesso, a participação e aprendizado nas escolas regulares (Ministério da Educação, 2008). Esse documento, além de definir os sujeitos a serem trabalhados pela Educação Especial, também reforça os princípios e fundamentos das escolas inclusivas.

Paralelamente aos movimentos construídos em âmbito nacional no delineamento de diretrizes para a implementação de políticas públicas de Educação Especial, na perspectiva da inclusão escolar, encontramos iniciativas também nas esferas municipais e estaduais. O Governo do Estado do Espírito Santo, pela via da Secretaria Estadual de Educação, vem, em colaboração com profissionais da educação e com a Universidade Federal do Espírito Santo, instituindo as Diretrizes da Educação Especial da Educação Básica e Profissional na Rede Estadual de Ensino, cujo objetivo é:

[...] a implementação de uma política de educação especial para subsidiar o Sistema Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo buscando a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação/exclusão; escolas estas que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades (VITÓRIA, SEDU, 2008, p. 4).

Assim, falamos que vivemos em tempos de inclusão escolar, ou seja, em tempos de pensar/instituir uma escola que acolhe e não exclui as diferenças humanas. Acolher o “outro” nos reporta a desafios, pois acolher aquilo que não nos reflete é uma atitude que nos faz repensar valores e concepções. Meirieu (2005) nos fala que acolher é o fundamento da escola, pois a escola que exclui se afasta de seus princípios e de sua vocação.

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola [...] é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a

preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva (MEIRIEU, 2005, p. 44).

Saviani (2003) corrobora o pensamento de Meirieu (2005) assinalando que trabalhar o ato educativo é o próprio fundamento da escola, ou seja, o motivo de sua existência, tendo esta o compromisso de produzir em cada indivíduo a humanidade que é produzida, histórica e coletivamente, pelo conjunto dos homens, ou seja, os “[...] elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos [...]” (SAVIANI, 2003, p. 13).

Essas reflexões nos levam a pensar que, quando tratamos do processo de escolarização de pessoas com deficiência, necessitamos falar de uma escola que se adéque para atender às especificidades e necessidades que esse alunado traz para o cotidiano escolar. É buscando entender como o Estado do Espírito Santo vem se organizando para garantir o aprendizado dessa população de alunos que nos fizemos as perguntas: quais dispositivos educacionais estão dispostos para a garantia da escolarização de alunos com deficiência nos diferentes municípios do ES? Há inclusão desses sujeitos nas escolas regulares? Há apoios? Quais são os apoios? Como estão organizados? Há trabalho especializado? Como é realizado?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 58, convoca-nos a reorganizar os sistemas de ensino com vistas a assegurar aos alunos com necessidades educacionais especiais por deficiência com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, organizações específicas, profissionais especialistas e professores capacitados para garantir o desenvolvimento educacional desses alunos. Como o Estado do Espírito Santo vem lidando com isso?

Na busca por entender os dispositivos disponíveis para a garantia do aprendizado escolar de pessoas com deficiência no Espírito Santo, lançamos nossas lentes para os movimentos realizados de norte a sul do Estado, ouvindo aqueles que diretamente lidam com as questões trazidas por esses alunos para o cotidiano escolar: professores, pedagogos, dirigentes escolares, técnicos das Superintendências Regionais de Educação e das Secretarias Municipais de Educação, bem como especialistas que atuam nas escolas de ensino especializado, a partir da metodologia de trabalho, aqui explicitada.

COMO CHEGAMOS ATÉ OS MUNICÍPIOS? FALANDO DO PERCURSO DE CAMINHADA

Quando decidimos desenvolver este estudo, tínhamos, como ideia inicial, analisar a experiência de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar em dez municípios do Estado, contemplando as Superintendências Regionais de Educação (SRE). Assim, trabalharíamos com um município por SRE, adotando como critério de seleção aqueles que possuíssem um Setor/Divisão/Cargo de Educação Especial que se colocasse como responsável pela área, bem como aceitasse participar de nosso processo grupal de discussão.

Nossa proposta inicial era reunir esses dez municípios, quando possível, e, se necessário, em reuniões regionais. Tal iniciativa nos apresentava alguns desafios, pois o deslocamento para alguns participantes seria complicado, uma vez que alguns municípios se distanciam até 400 km da Capital. Com o passar do tempo, chegamos à conclusão de que esse desenho metodológico não apontaria a realidade de Educação Especial do Espírito Santo. Assim, decidimos convidar os profissionais envolvidos com essas questões de todos os municípios para participar de nossas discussões nas SREs. Então, cada SRE convidava os municípios de sua região para conosco dialogar e falar de suas políticas em ação.

Nesse movimento, tivemos um primeiro encontro no ano de 2007. O objetivo foi conhecer os trabalhos de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar de cada município e apresentar dados censitários encaminhados pelas escolas/Secretarias Municipais e Estaduais de Educação ao Ministério da Educação. Para surpresa, os dados não retratavam a realidade vivenciada pelas Redes Estaduais e Municipais ali presentes. Tal iniciativa culminou na realização do I Colóquio, intitulado “Pesquisa de Políticas Públicas em Educação Especial/Inclusão Escolar no Espírito Santo: constituindo bases teórico-metodológicas”, realizado nos dias 8 e 9 de maio de 2008, na UFES.

Na oportunidade, foi apresentado aos 150 participantes do colóquio⁵ os artigos “*As políticas instituídas/instituintes das ações da Educação Especial/Inclusão Escolar no Espírito Santo: iniciando o diálogo*” e “*Desenho das políticas públicas atuais de Educação Especial/Inclusão Escolar de formação de professores no Espírito Santo*”, respectivamente, de autoria das professoras coordenadoras das pesquisas e seus alunos-colaboradores.

Dando continuidade aos trabalhos de pesquisa, em 2008/2009, realizamos outro encontro com os profissionais na sede das SREs, visando a promover uma retomada/balanco das ações até então realizadas, principalmente do I Colóquio. Neste segundo encontro, lançamos as seguintes questões para os profissionais presentes: qual a política de Educação Especial implementada em seus municípios? Quais são os dispositivos de atendimento? Quem são os alunos da Educação Especial? E como se dá a formação inicial de continuada de professores? A partir desses indicadores, os grupos focais externaram como esses movimentos vinham se constituindo nas políticas públicas de seus municípios.

O conjunto de informações desse segundo encontro nas SREs se configura como base do II Colóquio – datado para 27 e 28 de maio de 2009 – a ser realizado na UFES – que busca refletir e apresentar as ações que vêm sendo implementadas nos municípios, visando à garantia de escolarização de alunos com deficiência. O II Colóquio se constitui com a participação de representantes das Superintendências Regionais de Educação, Secretarias Municipais de Educação e Escolas Especializadas.

Considerando que os dispositivos de atendimento são eixos que necessitam estar contemplados na política pública estadual e municipal, buscamos, no segundo encontro nas SREs, ouvir/conhecer as formas de atendimento que vêm se instituindo no Espírito Santo. Os diálogos estabelecidos nos permitem considerar que a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais por deficiência se materializa em todo o Estado, seja pela via das instituições especializadas, seja nas escolas da rede municipal ou estadual de ensino. Embora nem todas as especificidades sejam contempladas e nem todos os alunos estejam incluídos nessas instituições, há grande uma variação nas formas de atendimento.

Nas palavras de Jesus:

[...] o tipo de serviço disponível parece definir a política. Se tem a sala multifuncional, a política é de atendimento na sala multifuncional. Se tem uma fisioterapeuta, a fisioterapeuta entra no esquema. Se tem uma APAE, mais bem equipada, os serviços clínicos estão mais disponíveis. Se tem uma APAE com menos serviços clínicos [...] os serviços estão menos disponíveis [...]. Então, há uma variação grande no estado (AFONSO CLAUDIO, 2008, II Ciclo, p.).

Nesse movimento, voltamos a indagar: quais dispositivos estão sendo instituídos para a garantia do direito à escolarização de alunos com deficiência no Espírito Santo? Os profissionais envolvidos na pesquisa nos falam que há movimentos voltados para a inclusão desses sujeitos nas escolas de ensino comum, a partir de diferentes dispositivos. Assim, nos preocupamos, neste texto, em apresentar, de forma geral, os movimentos que vêm sendo instituídos. Nosso interesse, neste momento, não é detalhar o que ocorre em cada município ou em cada superintendência, mas cartografar, de forma ampla, como vem se instituindo a política de atendimento ao aluno com deficiência no Estado do Espírito Santo.

Como dito, há a preocupação em garantir o direito da matrícula desses sujeitos nas escolas de ensino comum, disponibilizando apoio em sala de aula, pela via de trabalho colaborativo entre professor de ensino comum e de Educação Especial, com vistas a adequar os conteúdos, metodologias e processos avaliativos para os alunos e possibilitar que os professores, com perspectivas de formação diferentes, aprendam a trabalhar juntos, dividindo atribuições, planejamentos e as ações desenvolvidas em sala de aula:

[...] nós temos quatro itinerantes na escola, nós somos privilegiados [...]. Eles vão lá, pegam aquele aluno e a maioria deles faz o atendimento na sala (ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE MIMOSO DO SUL).

[...] na rede municipal, tem muitos surdos [...]. O professor não sabe nem falar bom-dia em LIBRAS [...]. Nós contratamos as pessoas para fazer esse atendimento [...]. Eles estão na sala junto com o professor [...]. Eles foram contratados para [...] está fazendo essa ponte com os alunos. Nós estamos conseguindo ensinar aos alunos LIBRAS porque eles não sabiam e estamos começando a alfabetizar (REDE MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO).

De norte a sul do Estado há, também, espaços denominados salas de recursos que apoiam esses alunos no processo de aprendizagem. Há uma pluralidade de estruturação desses espaços, pois, em um mesmo município ou até em uma mesma escola, há alunos que somente são atendidos nesses espaços, outros têm suas especificidades trabalhadas no contraturno, outros fazem uma dobradinha entre a sala de aula e a sala de recursos. Muitas vezes, a necessidade e/ou condição do aluno é que determina como ele será atendido nesse espaço: “[...] trabalhamos atualmente na rede municipal com as salas de apoio para atender os alunos das séries iniciais de 1ª à 4ª série, em turnos alternados” (REDE MUNICIPAL DE JERÔNIMO MONTEIRO).

Contamos, também, com o trabalho de professores itinerantes. Esses profissionais, geralmente, percorrem várias escolas levando esse trabalho especializado. Não há vínculo com uma única escola, mas com várias, onde estiver o aluno, o professor leva esse atendimento. Como esse trabalho é realizado no contexto da escola? Em alguns casos em sala de aula, outros na sala de recursos, no horário de aula, no contraturno, bem como em espaços “improvisados” pela escola: “[...] nós temos professores itinerantes de manhã [...] e um itinerante à tarde. [...] Os alunos ficam dentro da sala de aula” (ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE VARGEM ALTA).

Outra realidade observada no Estado do Espírito Santo é a contratação de estagiários para acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos com os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Muitas vezes, esses futuros educadores, ainda em processo de formação, acabam por se responsabilizar pelo atendimento educacional desses sujeitos, principalmente, quando efetivada a matrícula de alunos com maiores comprometimentos:

[...] este ano eu consegui algumas estagiárias. Vinte e cinco para está dando um apoio pedagógico, principalmente com as crianças com n.e.e. porque eu não consegui professor de apoio [...]. A escola acaba vendo as estagiárias como especialistas [...] (REDE MUNICIPAL DE VIANA).

Até o momento, falamos em trabalhos de itinerância, salas de recursos e ações colaborativas e contratação de estagiários. Além desses dispositivos, os profissionais envolvidos na pesquisa nos falam que atualmente há, na escola, um espaço denominado sala multifuncional que se configura como outra forma de atendimento. Por incentivo do Ministério da Educação, muitas escolas públicas municipais e estaduais receberam/receberão recursos financeiros e pedagógicos para instrumentalização desses espaços para que os professores realizem atendimentos especializados com os alunos que necessitam de um acompanhamento mais específico, para além dos recebidos em sala de aula, conforme estabelecido pelo Decreto 6.571, de 11 de setembro de 2008:

[...] hoje nós temos uma sala multifuncional que está funcionando e indo bem, da forma que a gente pode fazer [...] (REDE MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA).

[...] na rede municipal, nós temos também as salas [...] multifuncionais [...]. Ano passado era só uma. Agora nós temos quatro [...]. São sete professores que trabalham nesse espaço (REDE MUNICIPAL DE COLATINA).

Fazendo um balanço, até então, das falas dos sujeitos envolvidos na pesquisa, percebemos que elas nos reportam à perspectiva de inclusão e à ideia de atendimento especializado oferecido na escola de ensino comum. Como dito, há diferentes dispositivos de atendimento. A falta de apoio especializado na escola comum também se configura em dispositivo, pois alguns municípios sinalizam que é efetivada a matrícula de alunos com deficiência, sem apoio específico. Os professores de sala de aula são os sujeitos que buscam diversificar as atividades para esses alunos:

[...] a rede municipal já tem feito a inclusão. Temos crianças com Síndrome de Down, mas precisamos melhorar. Na rede estadual, os professores não têm acompanhamento nenhum. Se você tem um aluno e você acha que ele precisa de apoio, não temos uma parceria com a Prefeitura. Está faltando um elo com esses profissionais (REDE MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA).

[...] nós temos o aluno incluso [...]. Não temos ainda professor itinerante na sala de aula. Sabemos que é uma necessidade do D.A, mas nós não temos este professor na sala de aula, o que dificulta muito o trabalho do professor. Temos, aqui do lado, a Pestalozzi (REDE MUNICIPAL DE ICONHA).

[...] no momento [...] as salas são regulares, nós não fazemos esse atendimento especializado, nem na rede municipal e nem na rede estadual [...]. Nós estamos atendendo na sala comum com atividades diversificadas para os nossos alunos. Nós temos alunos com necessidades especiais e deficiência tanto na zona rural quanto na zona urbana (ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE VILA VALÉRIO).

Como podemos ver, não dispomos de uma única política de atendimento no Espírito Santo. O Estado é um mosaico, com diferentes formas de atendimento. Às vezes, no mesmo município, essas diferentes ações se coadunam. A organização dos municípios e SREs e a disponibilidade de serviços e profissionais sinalizam para um momento híbrido, no que tange à perspectiva teórica dominante. Se, por um lado, aponta um eixo educacional, por outro, apóia-se, também, em uma perspectiva clínica (JESUS, 2008), conforme nos relatam os profissionais envolvidos no estudo, ao sinalizar que outra forma de atendimento são os serviços prestados por instituições especializadas que ora se configuram como a única política de atendimento (principalmente para os alunos com maiores comprometimentos) e divide os atendimentos com a escola de ensino comum:

[...] A Secretaria de Educação lá é a favor da integração. Já tem uma escola que é a Pestalozzi excelente, não precisa estar se preocupando com isso, porque os alunos já fazem a integração na Pestalozzi [...]. A Pestalozzi é

uma escola em nível de primeiro mundo [...] (REDE MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL).

[...] lá tem a APAE que também dá o apoio. Nos apoia, principalmente, naqueles casos em que os alunos apresentam deficiências mais severas. Aí, eles só ficam lá (REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE MARATAIZES).

[...] Os alunos ficam meio turno na escola e meio na APAE [...] (APAE DE BAIXO GUANDU).

Assim, podemos perceber que há movimentos para que o trabalho pedagógico seja realizado em sala de aula, mas, predominantemente, o atendimento educacional dos alunos é “lembrado” como se realizando em espaços fora da sala de aula comum, mesmo nos casos em que se realiza no contexto da escola. Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que, para além dos trabalhos pedagógicos, também, há a predominância de atendimentos clínicos e terapêuticos que se efetivam a partir de ações distintas, a saber:

Atendimento nas instituições especializadas. Para a realização desse atendimento, há parcerias entre a Prefeitura Municipal na cessão de profissionais e/ou contratação por parte da própria instituição. Ocorre de algumas instituições especializadas atenderem alunos de municípios ou Estados vizinhos, dada a proximidade ou inexistência de atendimento especializado naquela região. Há ainda uma forte tendência para que os alunos com maiores comprometimentos tenham a escola especializada como único dispositivo de atendimento clínico e pedagógico:

[...] temos alunos no município que damos reforço, não temos pessoas para recursos especializados, como terapeuta e psicólogo [...]. Nós, da Pestalozzi de Porto Belo, atendemos alunos de Mucurici (SOCIEDADE PESTALOZZI DE PORTO BELO).

[...] nós temos uma parceria bem legal com a Pestalozzi, porque crianças com deficiência auditiva precisam, pois, como a rede não possui, quem atende a criança é a Pestalozzi, pena que é só uma vez por semana (REDE MUNICIPAL DE ICONHA).

[...] o município acha mais fácil levar para outro Estado [...]. Então a maioria vai para outro Estado. Para a Prefeitura é mais fácil. Essa é a política que está funcionando lá hoje (REDE MUNICIPAL DE BOM JESUS).

Estando o trabalho educacional do aluno com deficiência ainda muito atrelado à necessidade do acompanhamento médico, há, também, movimentos, em alguns municípios, em favor da contratação de profissionais da área da saúde para atendimento clínico e terapêutico aos

alunos incluídos nas escolas comuns. Embora com vínculo na área da saúde, seu âmbito de atuação passa a ser o campo educacional:

Os [...] pedagogos fazem o encaminhamento para o psicólogo e para o fonoaudiólogo [...] que fazem o atendimento em horário alternado [...]. São dois psicólogos e dois fonoaudiólogos [...]. Todo este atendimento é feito no contraturno [...]. É preenchida uma ficha, a criança [...] passa pela triagem dos profissionais e entra no atendimento (REDE MUNICIPAL DE CASTELO).

[...] Nós temos o apoio da Secretaria de Saúde [...]. Presidente Kennedy nos cedeu uma psiquiatra, a gente marca consulta para aqueles que moram mais na zona rural, com psicólogo, fono [...]. Através do meu setor, a gente dá um apoio melhor (REDE MUNICIPAL DE MARATAIZES).

Continuando com o movimento que acabamos de descrever, soma-se também a realização de parcerias com as Secretarias de Saúde, Assistência Social e Conselhos Tutelares para apoio ao aluno e à escola no processo de inclusão escolar. Em alguns municípios, há, também, uma parceria com instituições de ensino superior para desenvolvimento desses trabalhos:

[...] [Já] precisamos reunir com a saúde, com a ação social, com a escola, com o conselho tutelar e com a família [...]. A gente tem essa sistemática, de que, quando um caso extrapola a ação pedagógica [...], a gente senta em grupo, convida as outras Secretarias para tentar dar um encaminhamento (REDE MUNICIPAL DE CASTELO).

[...] a gente encaminhou estas crianças para a UVV e eles conseguiram aparelho e, de vez em quando, nós vamos lá para saber como está este aparelho (REDE MUNICIPAL DE ICONHA).

Assim como o trabalho especializado, na área pedagógica, apresenta diferentes configurações, podemos perceber que o mesmo acontece com a questão clínica. A mão-de-obra que o município disponibilizar passa a ser o atendimento. Nesse movimento, além dos dispositivos descritos, equipes multidisciplinares, constituídas por profissionais da área pedagógica, saúde e social em apoio ao processo de escolarização do aluno com deficiência, é outra forma de atendimento disponível no Estado do Espírito Santo: “[...] Temos também uma equipe multidisciplinar com: psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionista e professor itinerante” (REDE MUNICIPAL DE VILA PAVÃO).

Em alguns municípios é reconhecida a necessidade de um trabalho especializado e, nesse sentido, as pessoas analisam que não há interesse de alguns profissionais em atuar na área da saúde ou não há profissionais formados em algumas áreas, como Psicologia e Fonoaudiologia, dentre outras, comprometendo, assim, a política instituída ou a ser instituída pelos municípios.

[...] temos dificuldades porque, em Guaçuí, não tem profissional que quer trabalhar como psicólogo, fonoaudiólogo na saúde. Então, a gente tem dificuldade de ter esses especialistas na saúde porque, na região, não tem pessoal formado para estar trabalhando (REDE MUNICIPAL DE GUAÇUI).

Em outros municípios, quando há insuficiência de mão-de-obra qualificada, tem-se a iniciativa de investir na formação de profissionais para suprir essa demanda, como nos relata o município de Afonso Cláudio: “[...] Não podemos contratar ninguém porque a gente não tinha ninguém que fosse qualificado para trabalhar com LIBRAS” (REDE MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO).

Qualificar mão-de-obra especializada foi a alternativa adotada. A única? Com certeza, não, pois cada município poderá e deverá estudar a melhor maneira para lidar com esse desafio. A educação é um direito público e subjetivo extensivo. Cabe aos gestores federais, estaduais e municipais implementar os dispositivos necessários para a garantia desse direito:

[...] tenho dois alunos surdos [...]. [Fulana] estamos levando para Vitória para fazer o supletivo. Esse ano ela termina o fundamental e nós vamos colocar, ano que vem, no Ensino Médio, para a gente vê se ela consegue fazer esse pró-libras, para ela ser instrutora de libras, porque ela é pérola, ela é rápida em LIBRAS [...] (REDE MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO).

Esses movimentos nos permitem cartografar os movimentos que vêm se instituindo no Espírito Santo. Como dito, no início deste texto, cabe aos sistemas de ensino se reorganizar para atender às necessidades que os alunos trazem para o contexto escolar. A escola é um lugar de trabalho e aprendizado. Para tanto, precisa se pensar cotidianamente como trabalhar com as diferenças humanas. Parece-nos que há um caminho longo pela frente, mas, de antemão, já podemos dizer, há movimentos.

FAZENDO UM BALANÇO DAS QUESTÕES APRESENTADAS...

A partir dessas análises, podemos perceber que, no Espírito Santo predominam os vários serviços como forma de atendimento e como política de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Ainda se faz presente uma forte dependência dos trabalhos realizados pelas instituições especializadas. No entanto, políticas vêm se instituindo no interior de cada município para que alunos com processos diferenciados de escolarização tenham seu lugar na

escola. Parece-nos que a presença de alunos com necessidades educacionais especiais por deficiência vem disparando esses movimentos, pois vemos a instituição de ações, criação de serviços e envolvimento de diferentes profissionais que propõem políticas em ação.

É um movimento interessante e, como nos diria Boaventura (2006, p. 316), é necessário que provoquemos movimentos que nos permitam ser iguais e, ao mesmo tempo, diferentes, uma vez que “[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

NOTAS

¹ Agências de fomento: FAPES e CNPq.

² Bolsista de Iniciação Científica – FAPES. Aluna do Curso de Pedagogia da UFES.

³ Doutorando em Educação – PPGE/UFES.

⁴ Professora do PPGE/CE/UFES – bolsista CNPq-PQ.

⁵ Participaram do I Colóquio: Representantes da Rede Estadual e Municipal de Ensino e instituições especializadas. Contamos também com as reflexões de professores da UFES, USP, UFRGS e PUC-Campinas, que desenvolvem pesquisas como esta em seus Estados/Municípios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da inclusão escolar**, 2008.

MEIRIEU, Philippe. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação: necessidades educacionais especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas - S.P: Autores Associados, 2003.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria Estadual de Educação. **Diretrizes da educação especial da educação básica e profissional na rede estadual de ensino**. Versão preliminar, 2008.